

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

**Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2012-STC, nos
termos do Padrão nº 02/2002.
Processo nº 480.000.809/2012**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal – STC, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 12º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada Contratante, representada neste ato por Carlos Higino Ribeiro de Alencar, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002043543 – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº 171.399.578-60 na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa FTB Viagens e Turismo Ltda., doravante denominada Contratada, CNPJ nº 10.510.308/0001-30 com sede no SHIS QI 13, Bloco A, Loja 60 – Lago Sul – Brasília/DF, representada neste ato por Silvia Chagas Vasconcelos, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 1.758.588 SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 909.086.601-97 na qualidade de Sócio Administrativo, têm entre si, justos e acordados a celebração do presente Contrato de prestação dos serviços de reserva, emissão e entrega de passagens aéreas nacionais e internacionais, sujeitando-se as partes às condições fixadas no Termo de Referência, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos da Proposta de fls.71/72, do Termo de Referência de fls. 4/10, e do procedimento de contratação – *Shopping*, baseado nas Diretrizes para Aquisições no Âmbito dos Empréstimos do Banco Mundial e dos Créditos da AID, com arrimo no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, consoante especifica a Proposta de fls.71/72, o Termo de Referência de fls. 4/10, e do procedimento de contratação – *Shopping*, baseado nas Diretrizes para Aquisições no Âmbito dos Empréstimos do Banco Mundial e dos Créditos da AID, com arrimo no art. 42, § 5º da Lei nº 8.666, de 21.06.93 que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, segundo o disposto nos arts.6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – Do Valor

O valor total do contrato é de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.



CLÁUSULA QUINTA – Da Fonte de Recursos e Dotação Orçamentária

As despesas com a execução dos serviços, objeto deste Contrato, serão custeados com recursos provenientes do Acordo de Empréstimo nº 7675-BR, designados ao Componente 2 do Programa Gestão GDF, e correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32101

II – Programa de Trabalho: 04122620330460001

III – Natureza da Despesa: 339033

IV – Fonte de Recursos: 336005671

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2012NE00573, emitida em 11.10.2012, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

CLÁUSULA SEXTA – Do Pagamento

6.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

6.2 - O CONTRATANTE poderá suspender o pagamento, caso o andamento das atividades, trabalhos e/ou serviços não estejam sendo realizados de acordo com o previsto no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Prazo de Vigência

O prazo de vigência deste Contrato, que é improrrogável, inicia-se em 11 de outubro e termina em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA OITAVA – Das Garantias

Em decorrência do valor nominal do contrato, a garantia está dispensada.

CLÁUSULA NONA – Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

10.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

10.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

10.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

10.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Alteração Contratual

11.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



11.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, previstas no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Fraude e da Corrupção

A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no

respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Transparência e Controle, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal.

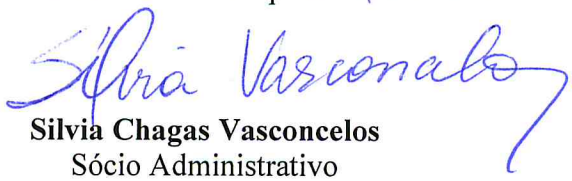
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Estando assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinada pelas partes.

Brasília, 11 de outubro de 2012.


Carlos Higino Ribeiro de Alencar
Secretário de Estado de Transparência e Controle


Silvia Chagas Vasconcelos
Sócio Administrativo

Testemunhas:

1 - _____
NOME
CPF nº:

2 - _____
NOME
CPF nº: